

RELATÓRIO FINAL DE PROJETO
“Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática”
FAPERJ e CNPq

Nome do Pesquisador: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Nº do Processo: E-26.170.024/2009

Edital/ano: 15/2008

Instituição (por extenso): IPPUR/UFRJ

Área/subárea do projeto (por extenso): Ciências Sociais Aplicadas/Planejamento Urbano e Regional/Fundamentos do Planejamento Urbano e Regional

Início do apoio: set/2009 Final do projeto: mar/2017

Data da prestação de contas efetuada: mai/2017

I. Título do projeto apoiado pela FAPERJ:

Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática

II. Equipe que atuou no projeto:

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Suzana Pasternak
Luciana Andrade Teixeira
Luciana Correa do Lago
Maria do Livramento Clementino
Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski
Orlando Alves dos Santos Junior
Sérgio de Azevedo
Adauto Lúcio Cardoso
Alexandre Magno Diniz
Alexandre Queiroz Pereira
Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva
Aloyzio Achutti
Álvaro Luiz Heidrich
Amália Maria Goldberg Godoy
Ana Cláudia Duarte Cardoso
Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto
Ana Lúcia Rodrigues
Ana Lúcia Rodrigues
Ana Paula Vidal Bastos
André Mourthé de Oliveira
Angela Lucia de Araujo Ferreira
Ângela Maria de Carvalho Borges
Angela Maria Gordilho Souza
Anna Carolina Holanda

Aristides Moysés
Armando de Mendonça Maroja
Beatriz Fleury e Silva
Camilo Dias Seabra Pereira
Carla Cecília Rodrigues Almeida
Carlos Alberto Mororo Silva
Carlos Alberto Vasconcelos Rocha
Celene Tonella
Cesar Miranda Mendes
Clarissa Freitas Sampaio
Cláudia Luisa Zeferino Pires
Clédina Regina Lonardon Acorsi
Clóvis Ultramari
Cristina A. C. Filgueiras
Daniel Arias Vazquez
Danilo Araújo Fernandes
Elaine Nolasco Ribeiro
Érica Tavares da Silva
Eustógio Wanderley C. Dantas
Fábio Duarte de Araújo Silva
Fabio Fonseca Figueiredo
Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Fátima Alves Flavio
Henrique Miranda de Araujo Freire
Frederico Rosa Borges de Holanda
Gabriela de Souza Tenório
Gilberto Corso Pereira
Gislene de Fátima Pereira
Gustavo Macedo de Mello Baptista
Heloisa Soares de Moura Costa
Inaiá Maria Moreira de Carvalho
Jan Bitoun
João Farias Rovati
José Borzacchiello da Silva
José Irineu Rigotti
José Júlio Ferreira Lima
Juciano Martins Rodrigues
Juliano Pamplona Ximenes Ponte
Jupira Gomes de Mendonça
Jussara Maria Silva
Lea Guimarães Souki
Leticia Maria Schabbach
Lindijane de Souza Bento Almeida
Lívia Izabel Bezerra de Miranda
Lúcia M. Machado Bógus
Luciana Corrêa do Lago
Luciana Teixeira de Andrade
Luciano Joel Fedozzi
Luis Renato Bezerra Pequeno
Madianita Nunes da Silva

Marcelo Gomes Ribeiro
Maria Ângela de Almeida Souza
Maria Clélia Lustosa Costa
Maria Cristina Dias Lay
Maria do Livramento Miranda Clementino
Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha
Maria Elisa Zanella
Maria Graciela G. Morell
Maria Inês Reinert Azambuja
Maria Rejane Souza de Britto Lyra
Mariane Campelo Koslinski
Marilia Patta Ramos
Marinez V. M. Brandão
Marivânia Conceição Araújo
Marley Vanice Deschamps
Nelson Rojas de Carvalho
Paul Douglas Fisher
Paulo Antonio Barros de Oliveira
Paulo Roberto Rodrigues Soares
Raiane Patrícia S. Assumpção
Raquel Rolnik
Ricardo Dias Silva
Rita de Cassia Da Conceição Gomes
Rita de Cássia Lucena Velloso
Roberta Menezes Rodrigues
Rodrigo José Firmino
Roger dos Santos Rosa
Rômulo José da Costa Ribeiro
Rosa Moura
Rosângela Getirana Santana
Saint-Clair Cordeiro Da Trindade Júnior
Sérgio Luiz Bassanesi
Simone Pereira da Costa Dourado
Soraya Maria Vargas Cortes
Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz
Thais Aidar de Freitas Mathias
Vera Lucia Michalany Chaia
Vera Mamede Accioly
Wilson Sabino
Zoraide Souza Pessoa

III. METAS E OBJETIVOS DO PROJETO:

Meta 1 – objetivo e produtos alcançados:

PESQUISA/PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Em relação à Meta Pesquisa/Produção de conhecimento o INCT Observatório das Metrópoles tem sido reconhecido pelo desenvolvimento de pesquisa de vanguarda e de elevada qualidade, de padrão competitivo internacionalmente na área do tema urbano e metropolitano, e demais áreas afins. A seguir os principais resultados obtidos em termos de pesquisa.

— Conhecimento da crescente relevância econômica e societária do processo de metropolização do país e a sua diversificação na rede urbana. Pudemos identificar uma dinâmica de diversificação do fenômeno metropolitano, em conexão com as mudanças que vêm ocorrendo desde o início dos anos 1990 das escalas segundo as quais se articulam a economia e território no plano nacional e com a crescente complexidade da rede urbana no Brasil. Existem hoje na rede urbana 12 aglomerações com estas funções metropolitanas, um regiões-cidade se constituindo em torno de São Paulo e Rio de Janeiro e 9 arranjos urbano-regionais espalhados pelo país.

— Conhecimento dos fundamentos da frágil legitimidade funcional das regiões metropolitanas institucionalizadas. Em razão da inexistência de critérios oficiais, a rede urbana brasileira contém hoje 52 RM's institucionalizadas, mas apenas 12 delas apresentam as características de funções metropolitanas nos termos enunciados anteriormente. Por outro lado, mais da metade dos municípios agrupados nestas RM's mantêm frágeis relações de integração com a dinâmica metropolitana, caracterizando uma dissociação entre a o território funcional e o território institucional.

— Conhecimento dos fundamentos da frágil legitimidade social das regiões metropolitanas. A organização interna das metrópoles são marcadas por dinâmicas e padrões que apontam simultaneamente para as tendências contraditórias de unidade fragmentação, concentração e dispersão. Tais tendências resultam da dinâmica economia metropolitana que vem incorporando ao mercado de trabalho formal amplas parcelas da população economicamente ativa e pela conseqüente estrutura social mais diversificada e inclusiva. Ao mesmo tempo, a dinâmica de organização social do território é crescentemente marcada pela segregação residencial e a segmentação territorial, no centro da qual encontramos o fenômeno do *spatial mismatch* resultante da dissociação entre mercado de trabalho, mercado de moradias e a estrutura de mobilidade urbana, fazendo com que a hierarquia social tenha uma expressão mais forte na organização interna das metrópoles. A esta dinâmica sócio-territorial fragmentadora e dispersiva se associam tendências de diversidade cultural em termos de estilo e modo de vida, próprias ao fenômeno metropolitano, cujo resultado é inexistência de identidades sociais unificadoras necessárias a construção da legitimidade social das instituições de governança metropolitana.

— Conhecimento dos fundamentos da frágil legitimidade política da regiões metropolitanas. O déficit de legitimidade política das instituições metropolitanas é o aspecto mais importante na explicação da sua fragilidade em se constituírem em escala relevante de elaboração e implementação de políticas territoriais dotada das condições necessárias à governança destes territórios. Há uma atrofia política das metrópoles por razões externas e internas. Investigamos nesta etapa da pesquisa a análise dois conjuntos de fundamentos desta atrofia:

os decorrentes das tendências à fragmentação institucional e aqueles que bloqueiam a constituição da metrópole como escala da representação política.

No primeiro, constatamos os seguintes efeitos: (i) os decorrentes dos aspectos contraditórios do regime federativo criado na Constituição de 1988 que, simultaneamente, atribuiu aos governos estaduais a competência exclusiva na criação de instituições metropolitanas e transformou os municípios em instância federativa com autonomia e soberania sobre o seu território, constituindo uma espécie de municipalismo autárquico; (ii) ao mesmo tempo, a dimensão fiscal do federalismo brasileiro não dota os municípios de real autonomia e poder, de forma a constringer os governos estaduais buscarem iniciativas de coordenação e cooperação intergovernamental em torno dos problemas comuns próprios da realidade metropolitana; (iii) as relações de cooperação intergovernamental relevantes para os municípios são as estabelecidas com o nível federal, tanto em razão de sistemas constitucionais e legais de partilha de recursos públicos, quanto pela existência de programas federais que implicam e demandam a cooperação dos municípios; (iv) acrescenta-se ainda os efeitos de fragmentação institucional decorrentes da forte assimetria de poder real entre os municípios que constituem os núcleos das metrópoles – geralmente, as capitais estaduais – e os municípios do entorno metropolitano que, não obstante a diversificação econômica e social que vem ocorrendo nos últimos 30 anos decorrentes de tendências à descentralização produtiva e mobilidade residencial, ainda são fortemente marcados pela fragilidade institucional inerente à posição de periferia; (v) a fragmentação institucional é agudizada pela tendência temos verificado nos últimos anos dos municípios do núcleo metropolitano adotarem modelos de políticas públicas e modelos de gestão fundados na concepção da competitividade urbana na escala nacional e global, dissociando ainda mais as elites políticas e os interesses econômicos das instituições metropolitanas; outro aspecto que procuramos tratar.

Com relação à a segundo conjunto de fundamentos constatamos as seguintes tendências: (i) de sub-representação política das metrópoles no Congresso Nacional; (ii) de configuração de um padrão paroquial de representação política nas escalas intermunicipal e intramunicipal; (iii) a existência da fragmentação da cultura política das metrópoles traduzida em dois padrões de exercício da cidadania política, um caracterizado pela automobilização dos cidadãos, geralmente em torno de preocupações e valores pós-materialistas e outro baseado no associativismo constituído em torno de reivindicações materiais clássicas. O conjunto destes fundamentos têm fortes conexões com os padrões de organização interna do território, o que nos tem levado a explorar a hipótese de uma dinâmica territorial da despolitização das metrópoles, traduzida em bloqueios à construção de um sistema de atores.

— Consolidação da rede de pesquisas para a realização de um projeto comparativo e analítico sobre o tema das grandes metrópoles brasileiras e do processo de transição que estaria em curso a partir do início do novo século, combinada à articulação a redes de pesquisas localizadas em outros países da América Latina, Europa e Estados Unidos;

— Realização de Seminários nacionais e internacionais de caráter metodológico, para discussão acerca dos desafios da conciliação de um trabalho em rede que, de fato, propicie uma análise comparativa sobre as metrópoles, desde os anos 1980 até os dias atuais;

— Discussão com órgãos vinculados ao poder público sobre o modo de divulgação dos dados populacionais, para um melhor aproveitamento das redes de pesquisa, no sentido da construção de indicadores que permitam o monitoramento sobre a evolução dos fenômenos sociais brasileiros.

— Aprimoramento e desenvolvimento de técnicas associadas ao georreferenciamento e debate sobre a sua apropriação pelo campo do Planejamento Urbano e Regional, e articulação destas a técnicas de caráter qualitativo, que auxiliem na busca pelo entendimento de fenômenos como a segregação e as desigualdades socioespaciais.

— Produção e difusão científica de dados e outros resultados de pesquisas, vinculados à temática metropolitana, à população em geral, através de relatórios de pesquisas disponibilizados em nosso Site, através de nosso Boletim Semanal, além da produção de pequenos artigos para publicação em veículos de imprensa, nacionais e internacionais.

— Desenvolvimento dos estudos sobre a dinâmica de organização interna das metrópoles brasileiras, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010. O estudo buscou identificar os diferentes níveis de integração dos municípios à dinâmica da metropolização brasileira, retomando estudo anterior com a mesma finalidade pelo Observatório das Metrópoles e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) com base nos dados do Censo Demográfico de 2000. Buscou-se construir a diversidade do fenômeno da conurbação metropolitana do país, cujos resultados podem orientar as estratégias de governança metropolitana e construção do Estado das Metrópoles. Os resultados destes estudos estão no documento “Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RM’s, Rides e AU’s à Dinâmica da Metropolização”, disponível no endereço do nosso site: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/dinamica-da-metropolizacao-no-brasil/>

— Desenvolvimento dos estudos sobre os obstáculos políticos que condicionam as instituições de governança metropolitana no Brasil. Este estudo envolveu três componentes; a geografia social dos votos e os padrões de representação política nas metrópoles; a cultura política e padrões de exercício da cidadania política nas metrópoles; os padrões de governança metropolitana, com base no projeto INCT. Estes estudos resultaram depois no livro Cultura Política, Cidadania e Voto: desafios para a governança metropolitana, publicado em 2012.

— Desenvolvimento do estudo sobre as desigualdades das condições urbanas de vida nas metrópoles brasileiras. O objetivo deste estudo consiste em analisar a melhoria do bem-estar dos indivíduos, avaliado pela redução das desigualdades de renda e pelo aumento do consumo pessoal (ou familiar), e a consequente melhoria das condições urbanas de vida nas metrópoles brasileiras. Com a divulgação dos dados do censo demográfico de 2010, o Observatório das Metrópoles resolveu avaliar a metodologia de construção do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), tendo em vista que no censo demográfico há mais variáveis que se relacionam diretamente com o bem-estar urbano que aquelas disponíveis na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). A partir da definição de cada um dos indicadores construído por meio do conjunto das áreas de ponderação das 18 regiões metropolitanas selecionadas, foi calculado o IBEU para cada uma das áreas de ponderação, para os municípios que fazem parte dessas 18 regiões metropolitanas e para as regiões metropolitanas.

— Desenvolvimento do estudo sobre Segregação Residencial e Desigualdades Digitais nas Metrópoles Brasileiras utilizando os dados das PNADs. O objetivo do estudo foi avaliar se a difusão nas metrópoles brasileiras do acesso à principal dessas tecnologias, a internet, vem sendo condicionada ou não pelas nossas históricas desigualdades sociais – em termos de renda e escolaridade – e, também, pela segmentação territorial. Buscamos assim avaliar em que medida as oportunidades de acesso e a capacidade de uso das oportunidades abertas pela internet são condicionadas pelas características socioeconômicas dos indivíduos e pela localização dos domicílios em áreas de favelas e/ou periferias metropolitanas, contribuindo

assim para a reprodução das desigualdades. Por meio de modelos logit e logit multinomiais analisaremos os dados das pesquisas nacionais por amostra de domicílios (pnad) dos anos 2001, 2008 e 2009 a fim de fornecer respostas àquelas questões. Os resultados parciais destes estudos estão no artigo “Desigualdades digitais: Acesso e uso da Internet, posição social e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras”, a ser publicado no número 207 da Revista Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – que sairá ainda em 2013.

— Desenvolvimento do estudo sobre as transformações da estrutura social das metrópoles brasileiras, com base nas PNADs. Este estudo se insere numa pesquisa mais ampla que vem procurando evidenciar as mudanças na organização social do território metropolitano, compreendido a partir de sua estrutura social, desde os anos de 1980. Buscamos neste primeiro momento do estudo centrar a nossa atenção no período compreendido pela primeira década do século XXI. Tal foco decorreu da percepção das mudanças sociais importantes no curso de desenvolvimento econômico que havia se iniciado no começo dos anos de 1990 no Brasil. Utilizamos dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que também é realizada pelo IBGE. Mas, ao contrário do censo demográfico, a ocorrência da PNAD é anual, a exceção dos anos em que o censo demográfico é realizado. A utilização da PNAD para análise da estrutura social apresenta vantagens e desvantagens. Por um lado, torna-se possível compreender os movimentos na estrutura social. Os resultados do estudo resultaram no e-book que leva o mesmo título, disponível em nosso site no endereço: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/e-book-estrutura-social-das-metrolopes/>

— Desenvolvimento dos estudos sobre segregação residencial e desigualdades educacionais. Foram realizados um conjunto de projetos que deram continuidade às iniciativas do programa de pesquisa Observatório Cidade e Educação. Estes estudos quantitativos e qualitativos que buscaram explicar os efeitos dos fenômenos de segregação residencial sobre a estrutura de oportunidades educativas nas metrópoles brasileiras. Os resultados destes estudos estão relatados no livro “Desigualdades Urbanas e Desigualdades Escolares” e na tese de Doutorado de Marcelo Gomes Ribeiro, defendida em 2012 no IPPUR (UFRJ), com o título “EDUCAÇÃO, ESTRUTURA SOCIAL E SEGMENTAÇÃO RESIDENCIAL. Análise das Desigualdades de Renda do Trabalho em Regiões Metropolitanas do Brasil”.

— Desenvolvimento do estudo sobre a Transição Demográfica e a Estrutura das Metrópoles Brasileiras. O objetivo geral do trabalho foi analisar os movimentos populacionais em sua relação com a estrutura urbana, reflexão esta fundada na compreensão da relação entre dinâmica urbana e dinâmica demográfica, ou seja, como expressão das estratégias (individuais e coletivas) e os constrangimentos (capital social, mercado imobiliário, sistemas de acessibilidade, políticas urbanas e habitacionais, etc.) que se colocam às práticas de apropriação da cidade. A justificativa para tal objetivo se deve justamente às mudanças ocorridas nos movimentos populacionais e à emergência de estudos que apontam novos padrões de mobilidade espacial principalmente nos grandes espaços urbanos metropolizados. Portanto, a questão está em responder em que medida há novos processos de mobilidade espacial nas metrópoles (como maior migração no interior dos estados, suburbanização e/ou mobilidade pendular para grupos sociais mais abastados, etc.), ou permanecem lógicas anteriores (como migração de longa distância, periferização no interior das metrópoles, etc.). Por essa razão, a investigação foi realizada à partir de um recorte metropolitano, considerando várias metrópoles brasileiras na segunda parte da tese, posteriormente focando-se somente na metrópole do Rio de Janeiro na terceira parte. Os resultados encontram-se traduzidos na tese de doutoramento de Erica Tavares, intitulada “Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles”, publicada na forma de e-book com o mesmo título.

DIMENSÃO METROPOLITANA DA REDE URBANA BRASILEIRA

É conhecido o fato de o Brasil ser um país urbano em razão de hoje concentrar mais de 80% da sua população em cidade. É menos conhecido, porém, o fato de também um país de grandes cidades, que constituiu um complexo sistema urbano organizado em arranjos territoriais diferenciados e que se articula nas multi-escalas global, nacional, regional e local produzindo dinâmicas diferenciadas de urbanização. A nossa realidade urbana contém: a) 5.561 municípios; b) 13 cidades com mais de um milhão de habitantes, sendo que apenas 10 países do mundo têm mais de 10 cidades com este porte; c) temos duas Mega-Cidades (São Paulo e Rio de Janeiro); d) 38 Grandes Espaços Urbanos (GEUB's) constituídos por as aglomerações urbanas com densidade demográfica superior a 215 habitante por km quadrado; e) 35 Regiões Metropolitanas em 19 Estados; f) 15 Aglomerações Urbanas com funções de polarização, coordenação e direção do território nacional: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus, Goiânia e Brasília; g) 9 Sistemas Regional-Metropolitano constituídos em torno de algumas RMs - São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília/Goiânia, Porto Alegre, Curitiba, Leste Catarinense, Belo Horizonte, Salvador e Recife/João Pessoa; e, h) uma cidade-região em formação com a crescente integração da RMSP com as áreas urbanas e industriais próximas: Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos, situadas a menos de 100km do centro da cidade de São Paulo e possuindo população conjunta de aproximadamente 26 milhões de pessoas.

OS GRANDES ESPAÇOS URBANOS E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Procuramos identificar o papel de inovação tecnológica das grandes cidades na rede urbana brasileira e o seu potencial de forças produtivas para alavancar o desenvolvimento nacional. Consideramos para os 38 Grandes Espaços Urbanos que compunham em 2000 a rede brasileira de cidades, reunindo 489 dos 5.507 municípios e agrupando 76 milhões de pessoas, ou seja, 45% da população nacional. Os GEUB's são também importantes centros econômicos do país, concentrando 77% da capacidade tecnológica nacional, expressa pelo percentual médio do total das patentes nacionais, artigos científicos, população com mais de 12 anos de estudo e valor bruto da transformação industrial (VTI) das firmas que inovam em produto e processo, de acordo com dados da PIA-PINTEC 2000.

Tal concentração da capacidade tecnológica do país faz dos GEUB's pólos de apropriação da renda pessoal no plano nacional, o que está expresso na diferença entre a renda média nestes aglomerados e em relação ao restante do país, ou seja: a renda per capita dos GEUBs é 36% maior que a renda nacional e quase o dobro (194%) da renda per capita das áreas não-GEUBs. Esta capacidade de apropriação da renda é aumentada pelo fato dos GEUB's também concentrarem as atividades econômicas relacionadas com o mercado externo. Com efeito, nos GEUBs está concentrado 62% do VTI - Valor Agregado de Transformação Industrial - das firmas que exportam, restando 36% aos municípios não-GEUBs. Logo, os GEUBs são os pontos mais fortes da internacionalização produtiva brasileira, mas numa escala menor de concentração que a tecnológica e próxima à concentração do nível de renda. Essa menor concentração espacial reflete em grande medida o padrão de exportação brasileiro, muito centrado na produção de *commodities* agrícolas e no extrativismo mineral, atividades não localizadas nos GEUBs.

DIFUSÃO E DIFERENCIAÇÃO REGIONAL DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO E SUAS NOVAS ESCALAS.

Compreender o processo de metropolização da rede urbana brasileira à luz das novas relações entre economia e território, decorrentes das novas dinâmicas do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo (reestruturação produtiva e globalização), cuja marca principal é a mudança das funções metropolitanas de centro de produção para centro da coordenação e direção dos circuitos econômicos crescentemente organizados em rede. Tal concepção nos permitiu identificar e classificar 15 aglomerados urbanos com funções metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus, Vitória, Goiânia e Brasília) em nossa rede de cidades. Por outro lado, identificamos as fortes tendências à configuração de novas escalas de metropolização com a tendência a formação de 9 novos arranjos urbano-regionais com a aglomeração das cidades em torno das metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal e Brasília-Goiânia.

CONTINUIDADE DO MODELO METROPOLITANO: concentração e dispersão espaciais

Verificamos a inexistência de indicações de significativas transformações no modelo cujas características são, de um lado, a concentração espacial nas metrópoles das atividades econômicas e da população e, de outro lado, a organização interna baseada na diferenciação Núcleo-Periferia. Apesar das mudanças na dinâmica populacional e de vários estudos apontarem para desconcentração populacional a partir das metrópoles e maiores movimentos em direção ao interior, levantamentos baseados nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e No Censo de 2010 mostram que as metrópoles continuam crescendo. Na década de 1990, a população das metrópoles aumentou em 19,5% e seu incremento populacional representou 45% do incremento populacional brasileiro, enquanto que entre 2000 e 2007 o crescimento foi da ordem de 10,7%, mas representando 48,8% do crescimento populacional de todo o país. Ao mesmo tempo, verificamos que, nos últimos 20 anos, os municípios das periferias metropolitanas foram os que mais cresceram no Brasil em termos populacionais. Entre 1991 e 2000, a população desses municípios aumentou em 6.285.775 de pessoas, o que representa, numa dimensão relativa, 29,7% de crescimento. Enquanto isso, o aumento da população dos núcleos metropolitanos foi de 12,8%, o que representa pouco mais de 4 milhões de pessoas.

O incremento populacional nos municípios das periferias metropolitanas representa 27,3% de todo o incremento da população brasileira na década de 1990; já o incremento entre 2000 e 2010, que foi de aproximadamente 3,6 milhões de habitantes, representou 26,1% de todo o incremento populacional do país. Portanto, a periferia das metrópoles apresentou maior percentual de crescimento e maior contribuição para o incremento nos dois períodos considerados, além de maior taxa de crescimento, especialmente se considerarmos os municípios com maior integração.

LIMITES TERRITORIAIS À DIMINUIÇÃO SUSTENTADA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NAS METRÓPOLES.

Compreender as conexões entre os fenômenos da segregação residencial e da segmentação territorial e a reprodução das desigualdades sociais em termos de acesso ao Bem-Estar e de oportunidades de trabalho e educação nas metrópoles. Com base em um conjunto de pesquisas relacionadas a essa temática, o Observatório tem buscado chamar a atenção dos atores da política pública sobre a necessidade de considerar a dimensão territorial no desenho das intervenções focalizadas nas metrópoles.

SEGMENTAÇÃO ECONÔMICA DOS ESPAÇOS METROPOLITANOS

Procurou-se identificar o grau de dissociação territorial entre a concentração da renda pessoal e a produção da riqueza, comparando-se as variáveis PIB per capita (PIBpc) e renda per capita domiciliar (RFpc). O resultado final foi a identificação de fortes evidências de segmentação econômica, pela existência de municípios geradores de renda, municípios apropriadores de renda e municípios intermediários (“mix” de renda e produção). Em seguida, buscou-se associar esta tipologia com as variáveis de condições urbanas de vida.

Talvez se possa falar mesmo em um padrão de organização do espaço dentro das metrópoles brasileiras: de um lado uma cidade renda e de outro uma cidade produção. Seria ainda prematuro fazer tal afirmação, pois não registramos aqui interpretações mais precisas sobre a estruturação individual desses espaços urbanos e que, na maioria das vezes, mostram uma diversidade intra-municipal que coloca “em cheque” tais classificações gerais. Contudo, nota-se certa “dualidade” articulada, complementar e funcional que deve ser considerada quando observando os espaços urbanos brasileiros.

Ao avaliar a estrutura interna das metrópoles por meio dessa categorização podem-se identificar persistentes e marcantes diferenças na estrutura das aglomerações populacionais. Essas diferenças foram recorrentes em todas as metrópoles, o que permitiu identificar a existência de um padrão segregação e assimétrico de organização socioeconômica das metrópoles.

Também cabe destacar que as bases de informações organizadas para este projeto também permitem novas possibilidades de pesquisas. Há que considerar ainda a mobilização das equipes locais da rede do Observatório das Metrópoles, pronta para contribuir com mais profundos detalhamentos da realidade local.

GOVERNANÇA FRAGMENTADA, SETORIAL E *AD HOC* DAS METRÓPOLES

Avaliar a Governança metropolitana e as condições políticas e institucionais de gestão dos aglomerados urbanos, buscando identificar as condições que incentivam ou bloqueiam a sua gestão integrada. Apesar das relevâncias econômicas e sociais das metrópoles, o nosso trabalho de pesquisa sobre as intervenções indicam a existência de um padrão de governança urbana incapaz de gerar ações virtuosas em termos de aproveitamento de desenvolvimento econômico e social. Prevalece um modelo de gestão dos territórios metropolitanos caracterizado por ações fragmentadas, setoriais e descontínuas no plano das relações intergovernamentais e o da interação entre atores econômicos, atores sociais e atores públicos. Não obstante, nos últimos 15 anos algumas iniciativas promissoras na direção da superação deste quadro têm sido observadas em algumas metrópoles e, ao mesmo tempo, em que a aprovação da lei dos consórcios públicos e sinalização pelo governo federal de ações articuladas de investimentos públicos nas metrópoles, como por exemplo, os PACs. Resta ainda avaliar se estas experiências apontam para a criação de condições institucionais que criem superação do padrão inadequado de governança das nossas metrópoles.

Quando consideramos apenas as 15 aglomerações urbanas com funções metropolitanas também constatamos a relevância destes espaços na inovação do país, pois concentram 62% da capacidade tecnológica do país, medida da mesma maneira.

Meta 2 – objetivo e produtos alcançados:

COMPARAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DE TRANSFORMAÇÃO DAS METRÓPOLES 1980/2010: PADRÕES E EVOLUÇÃO.

Essa meta previa a avaliação dos diferentes efeitos nas metrópoles brasileiras da mudança de modelo de desenvolvimento emergido no início dos anos 2000.

1) A necessidade de investigar de maneira sistemática os impactos da inflexão em curso do padrão de desenvolvimento brasileiro pós 1970 na ordem urbano-metropolitana constituída durante a fase do modelo de urbanização herdado da fase de substituição de importação. Tal investigação vem considerando as seguintes dimensões da mudança: transição demográfica, dinâmica e padrões de organização territorial (inter e intra metropolitana), conexões entre estrutura urbana e desigualdades sociais, padrões de intervenção pública e na dimensão da sociedade urbana (cultura urbana, sociabilidade). Por outro lado, é necessário considerar as distintas escalas da articulação entre metropolização e desenvolvimento econômico, e as históricas diferenças regionais do país.

O resultado desse projeto foi a produção da Coleção “METRÓPOLES: território, coesão social e governança democrática” com o propósito de oferecer a análise mais completa sobre a evolução urbana do país, servindo assim de subsídio para a elaboração de políticas públicas e para o debate sobre o papel metropolitano no desenvolvimento nacional.

A coleção mostra o compromisso e o esforço dos pesquisadores do Observatório para a produção de conhecimento científico em rede relacionado ao planejamento urbano e áreas afins: são 14 livros, 169 capítulos e cerca de 270 autores das mais variadas áreas do saber analisando as transformações urbanas das principais metrópoles do Brasil no período 1980-2010, a partir de temas como organização social do território, demografia, rede urbana, dinâmicas de metropolização, moradia, mobilidade urbana, governança metropolitana, bem-estar urbano, entre outros.

A coleção representa o maior projeto do Observatório das Metrópoles no âmbito do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT/MCT&I). Segundo o coordenador nacional da Rede, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, o Observatório vem acumulando expertise sobre a temática metropolitana há mais de 15 anos, a partir da consolidação de um trabalho em rede multidisciplinar, de produção de conhecimento científico, de metodologias e ferramentas para a pesquisa da questão metropolitana.

“Para o coletivo de pesquisadores do Observatório, qualquer estratégia de desenvolvimento nacional está fortemente condicionada à capacidade da sociedade brasileira em enfrentar os desafios urbanos, sociais e ambientais que se manifestam de forma multifacetada e multiescalar nas metrópoles brasileiras”, afirma.

Disponível em: <https://transformacoes.observatoriodasmetrosoles.net.br/>

Meta 3 – objetivo e produtos alcançados:

INTERNACIONALIZAÇÃO

Este é um dos principais desafios que vem enfrentando o INCT Observatório das Metrôpoles nos últimos anos. Ele decorre, fundamentalmente, das dificuldades de trabalharmos sobre um tema que apresenta notórias particularidades históricas, o que implica em diferenças nas questões e nos modelos de pesquisa entre os países. As diferenças entre a nossa realidade metropolitana e a dos países Europeus e da América do Norte nos interessa sobremaneira como insumos das nossas atividades de pesquisa, em várias direções e linhas, na medida em que os estudos comparados podem nos aportar valiosa contribuição no que concerne ao modo de construir nossas perguntas de pesquisa e pensar caminhos de enfrentamento dos desafios no plano das práticas.

No entanto, apesar das evidentes tendências à globalização do fenômeno da metropolização, o inverso não é necessariamente verdadeiro, já que as diferenças da realidade e dos modelos de pesquisa são percebidas pelos pesquisadores e instituições localizadas nos países centrais como singularidades pouco atrativas na orientação de suas práticas de pesquisa. O resultado é a tendência ao estabelecimento de relações hierárquicas Norte-Sul de cooperação e intercâmbio acadêmicos. Ao mesmo tempo, nos países periféricos e semiperiféricos os cientistas sociais continuam a expressar em suas pesquisas a força das orientações teóricas e conceituais dos centros mundiais localizados nas metrôpoles dos países centrais, reconhecidos como centros da produção de conhecimento. O efeito desta “hierarquia de mão dupla” é que os fluxos de conhecimentos ocorrem esmagadoramente dos países do Norte para o Sul, sustentados por um falso sentido de universalidade, que na verdade traduz uma Global geopistemological ‘top-heaviness’.

Temos nos orientado nestes dois últimos anos por uma tripla estratégia. Por um lado, a busca de construção de relações de conectividade com pesquisadores e instituições (do Norte e do Sul) interessados no enfrentamento desta hierarquia através de práticas fundadas no mútuo processo de aprendizagem na escala planetária. Ao mesmo tempo, temos desenvolvido esforços para a superação do estágio de relações baseadas em atividades de intercâmbio e cooperação para ingressarmos em relações de conexão fundadas na construção e realização de projetos de pesquisa colaborativos e comparativos. Como exemplos da primeira orientação estratégica, podemos citar:

1. Construção da Rede Latino Americana de Teoria Urbana.

A Rede foi criada em outubro de 2011, no seminário realizado sob os auspícios da Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco - Cidade do México, México, com a participação de pesquisadores dos seguintes países: Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México e Venezuela. A partir de 2012 o Observatório das Metrôpoles assumirá a coordenação desta Rede.

A justificativa da criação da Rede foi a de que a pesquisa sobre questões urbanas na América Latina teve um crescimento significativo desde os anos sessenta do século XX, quando se tornaram evidentes os problemas sociais e territoriais decorrentes da rápida urbanização impulsionada pela industrialização por substituição de importação. Desde então, esta pesquisa foi submetida a uma dupla influência: a das grandes teorias que explicam a sociedade, e suas oposições, e as formulações teóricas e metodológicas específicas para o urbano-regional desenvolvido nos "países centrais" da Europa e América do Norte, que prevalecem na

América Latina e outras regiões do mundo através do poder dos mecanismos de meios de publicação, e outras formas de dominação cultural.

Também têm sido realizados esforços muito significativos para o desenvolvimento de conceitos e teorias para explicar a nossa realidade urbana e regional na América Latina e suas relações com os processos nacionais congêneres dominantes na sociedade mundial. Exemplos desses esforços estão resumidos nos tópicos abordados nas teorias do seminário sobre a cidade contemporânea na América Latina.

Com o advento do pós-modernismo e globalização neoliberal parecem ter prosperado na pesquisa urbana e regional na América Latina duas tendências de vários tipos: em primeiro lugar, a fragmentação contínua em diferentes campos da teoria e pesquisa, gerando múltiplos pedaços de conhecimento que não resultam em uma teoria mais global em torno da sociedade e do fenômeno urbano, e o desenvolvimento de teorias mais globais que procuram explicar a totalizada dos fenômenos, em geral tendo origem nos países centrais buscando explicar as suas realidades, que são disseminadas e aplicadas de forma acrítica, sem considerar as particularidades e diferenças em relação a outros contextos mundiais, em especial no contexto latino-americano.

Ao mesmo tempo, o debate teórico que deu grandes resultados no passado, enfraqueceu visivelmente devido à presença esmagadora da verdade única neoliberal, a aceitação "realista" da "impossibilidade de mudança social" ou uma variante distorcida do discurso que exclui a crítica.

Então, tem aumentado na América Latina a presença hegemônica, sem qualquer reciprocidade, de pesquisadores, pesquisas e teóricos nas editoras e revistas importadas, conferências internacionais, ensino, consultoria, acadêmicos e políticos, que descrevemos como novo colonialismo intelectual.

Desse modo, os objetivos da Rede Latino Americana de Teoria Urbana são:

- Incentivar a formação de um pensamento teórico crítico latino-americano sobre os problemas urbanos da América Latina, o que explica tanto o geral e o particular da nossa realidade, e suas diferenças e contradições com o pensamento hegemônico;
- Promover o intercâmbio de prioridade, difusão e divulgação de trabalhos originais sobre teoria urbana crítica ou questões específicas de nossa realidade regional;
- Propor, promover e apoiar o ensino, pesquisa e desenvolvimento de teses de pós-graduação de corte cross-country e cidades, para fornecer elementos para a construção de uma teoria latino-americana urbana;
- Estabelecer relações de intercâmbio com outras iniciativas que também buscam a construção da formação do pensamento crítico sobre a realidade urbana em outras regiões do mundo;
- Propor e promover a equidade, igualdade e reciprocidade nos intercâmbios científicos com as potências estrangeiras no sistema mundial.

2. Articulação com rede IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

Esta articulação foi discutida em seminário realizado nos dias 28 a 30 de março de 2011, sob a coordenação do Centro Africano de Cidades (ACC) e com o apoio da Fundação Nacional de Pesquisa da África (NRF). O encontro reuniu pesquisadores e instituições de ensino superior

para discutir o potencial de investigação de caso comparativo entre os quatro países. O grupo constituído tem como objetivos:

- Identificar os perfis de investigação na área urbana de cada país;
- Identificar as áreas de interesse comum de pesquisa;
- Trabalhar para o desenvolvimento de uma proposta colaborativa e comparativa de pesquisa;
- Intercambiar os conhecimentos empíricos produzidos em cada país e circular as práticas urbanas presentes das metrópoles do Sul;
- Produzir conhecimento e informação para ensinar e aprender, além de influenciar a política urbana;
- Em resposta à hierarquia presente na agenda global do conhecimento urbano, cooperar no esforço de construção de um corpo de teoria do Sul e corrigir os desequilíbrios mundiais na produção e troca de conhecimentos.

Neste momento estamos discutindo a viabilidade da constituição de um Observatório das Metrópoles IBAS, projeto que terá como referência a nossa experiência de realização de pesquisa em rede, através do trabalho colaborativo dos Núcleos.

3. Construção do Observatório das MercoMetrópoles.

Estamos em processo de discussão com colegas do Instituto del Conurbano da Universidad Nacional de General Sarmiento e do Instituto de Estudios Urbanos da Pontifícia Universidad Católica do Chile, a criação do Observatórios da Metrópoles do Brasil Argentina e Chile com base em nossa experiência e utilizando a nossa metodologia. A viabilização técnica da realização deste projeto é facilitada pela forte convergência dos censos demográficos destes países após o ano 2000, fato que permite o desenvolvimento de estudos comparativos. Por outro lado, esta articulação nos permitirá a construção de fundamentos teóricos e metodológicos apropriados em razão da proximidade de trajetória da formação histórica destes países. É importante assinalar que este projeto surge como consequência de discussões e reflexões coletivas realizadas em 5 seminários realizados entre os pesquisadores dos países envolvidos.

A segunda orientação da estratégia de aumentar a nossa conectividade diz respeito a construção de projetos colaborativos resultantes de relações de cooperação e intercâmbio que temos mantido com alguns pesquisadores e instituições. Destacamos:

- Desenvolvimento do projeto “Metrópoles de América Latina: Valle do México, Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires” com a Universidad Autónoma Metropolitana - Xochimilco, pelo qual a Metrópole do México foi inserida na rede do Observatório das Metrópoles.
- Desenvolvimento do projeto estudos comparados Rio de Janeiro/Buenos Aires, em cooperação com a Universidad General Sarmiento/Argentina, em torno da dinâmica de organização social do território (estrutura social, tipologia, evolução, geoprocessamento, mapeamento, etc.) pelo qual a Metrópole de Buenos Aires foi inserida em nossa rede.
- Construção de um projeto internacional comparativo sobre a relação entre globalização econômica e governança urbana nas metrópoles de Paris, Rio de Janeiro,

Buenos Aires, Guangzhou (China), Londres, Nova York e Roma, realizado em parceria com o Institut Français d'Urbanisme (IFU).

- Construção do projeto colaborativo e comparativo sobre o tema “Governança Urbana Ambiental: ação pública e mudanças climáticas: Brasil, Canadá e França” com apoio da Agence Universitaire de la francophonie (AUF).
- Construção do projeto colaborativo e comparativo sobre “Governança Urbana Colaborativa; Brasil, Canadá, Filipinas e Japão. A ser coordenado pelo Observatório da Metrôpoles em parceria com a universidade Britis Colúmbia-School of Community and Regional Planning, contando com parceria de la Salle Institute of Governance das Filipinas, do Inter-University Institute (University of St. Joseph) e o Ritsumeikan University no Japão.

Outra estratégia é a intensificação das trocas de professores e estudantes. Acordos de Cooperação Internacional:

1. Convênio geral de cooperação acadêmica e intercâmbio técnico, científico e cultural entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

2. Convênio geral de cooperação acadêmica e intercâmbio técnico, científico e cultural entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Nacional de General Sarmiento.

3. Acordo de cooperação internacional entre a UBC- British Colúmbia- School of Community and Regional Planning, através do núcleo Natal, firmado em 2011.

4. Convênio de cooperação acadêmica com o CIRED (Centre International de Recherche sur l'Économie et le Développement), LATTS - Laboratoire Techniques, Territoires et Sociétés; École des Ponts ParisTech et l'École Nationale du génie de l'eau et de l'environnement de Strasbourg, sobre: gestão integrada e sustentável das águas em áreas metropolitanas brasileiras e francesas: novas questões relacionadas ao acesso universal aos serviços de saneamento e às mudanças climáticas. O convênio conta com recursos do programa Capes-Cofecub. E o convênio com as universidades de Laval e Montreal no Canadá e Strasburgo na França com financiamento da Agence Universitaire de La Francophonie (AUF).

5. Instituto de Estudos Urbanos da PUC Chile – a cooperação internacional está sendo construída a partir da realização de seminários internos. O Observatório das Metrôpoles participou, no período de 1 a 5 de abril de 2013, do Seminário “Rio-Santiago: metrôpoles em transformação” com foco na elaboração de um projeto de análise comparada das duas metrôpoles latino-americanas, através do apoio Fondecyt/CNPq.

6. Desenvolvimento Estudo Comparativo Brasil, México e Argentina. O escopo deste trabalho é o desenvolvimento de estudos comparativos e sistemáticos, teórico e empírico, das cidades do Cone Sul da América Latina, sobre os temas que já vem sendo trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles. Dentre os objetivos destacam-se: contribuir para a compreensão da vida nas grandes

O primeiro encontro contemplou a disseminação da metodologia do institut brasileiro relativa às tipologias socioespaciais para os pesquisadores chilenos, visando a construção de um indicador comum de coesão social e de qualidade de vida urbana. O seminário contou com a

participação dos professores Carlos de Mattos, Luiz Cesar Ribeiro, Felipe Link e Ruben Kaztman.

Desenvolvimento Estudo Comparativo Brasil, México e Argentina.

O escopo deste trabalho é o desenvolvimento de estudos comparativos e sistemáticos, teórico e empírico, das cidades do Cone Sul da América Latina, sobre os temas que já vem sendo trabalhados pelo Observatório das Metrôpoles.

Dentre os objetivos destacam-se: contribuir para a compreensão da vida nas grandes cidades do Cone Sul da América Latina e ao desenvolvimento de políticas e intervenções que procurem combater as desigualdades sociais, políticas, econômicas, ambientais e urbanas e construir sociedades mais justas e incluídas; desenvolver estudos comparativos sobre as mudanças do processo de metropolização dos dois países, levando em consideração a relação dos aglomerados urbanos com o território nacional e com os sistemas urbanos regionais, bem como identificar as diferenças entre estes aglomerados em termos dos graus de integração dos municípios na dinâmica metropolitana; desenvolver a reflexão sobre os modelos de política urbana voltada para as áreas metropolitanas que possam aliar os clássicos objetivos de provisão de serviços coletivos e de regulação do uso do solo urbano, com políticas sociais que incorporem em sua concepção a dimensão sócio-territorial da reprodução das desigualdades e da pobreza urbana; avaliar o quadro institucional dos aglomerados urbanos com função metropolitana no sentido de identificar as condições que incentivam ou bloqueiam a gestão integrada destes territórios; e, utilizar as informações e os conhecimentos gerados em ações direta ou indiretamente realizadas pelo Observatório das Metrôpoles que fortaleçam a capacidade institucional dos atores sociais e gestores das políticas públicas em desenvolverem a consciência da dimensão metropolitana dos problemas sociais e urbanos.

Meta 4 – objetivo e produtos alcançados:

DIFUSÃO CIENTÍFICA E TRANSFERÊNCIA DE RESULTADOS

Portal Observatório das Metrôpoles (www.observatoriodasmetrolopes.net.br): o Portal do Observatório se consolidou, nos últimos anos, como um dos principais sites de referência sobre o tema urbano-metropolitano no país. Nele são disponibilizados indicadores utilizados nas várias pesquisas do instituto, sem restrições, além de artigos, livros, vídeos, teses e dissertações e outros resultados. A frequência e características dos acessos a este portal apontam o seu crescimento em termos de referência de pesquisa.

Em 2013, a média de acesso era de 15 mil/por mês); em 2016 a média cresceu para 25 mil/mês, sendo que foram cerca de 300 mil usuários que acessaram o portal no ano, com mais de 630 mil visualizações de páginas; e acessos de todas as regiões do país, e mais países como EUA, Portugal, França, Argentina, Rússia, Colômbia, Espanha, Reino Unido etc.

Além do aumento de acessos, o Observatório tem adotado como política de difusão científica a disponibilização ampla e gratuita de toda a sua produção de conhecimento. No ano de 2016, a rede realizou a campanha “70 livros para download” e alcançou números impressionantes: foram mais de 1 milhão e 200 mil downloads no site observatoriodasmetrolopes.net, ajudando a ampliar a difusão da temática metropolitana e do planejamento urbano em todo o país. Destaque para a Coleção “Metrôpoles: transformações na ordem urbana” que alcançou a marca de aproximadamente 585 mil downloads.

Revista Cadernos Metrôpoles: é um dos principais produtos do Observatório das Metrôpoles, tendo como objetivo original difundir os resultados do nosso programa de trabalho e de outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros sobre os temas relacionados com a temática “Metrôpoles, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana”. Atualmente, o periódico tem 35 números publicados, e encontra-se indexado na *Library of Congress* – Washington; e nas Plataformas Scielo Brasil, Redalyc e Latindex.

A Revista Cadernos Metrôpole conquistou a classificação A1 na área de Sociologia da Plataforma Qualis Capes. Agora a CM tem as seguintes classificações: A1 na área da Sociologia; A2 na área da Arquitetura, Urbanismo e Design; e A2 na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

O caráter interdisciplinar da publicação vem contribuindo, desde o final dos anos 1990, para o debate plural das questões emergentes da sociedade contemporânea e sobretudo de áreas urbanas. Os dossiês temáticos de cada número têm respondido às demandas de cientistas sociais, pesquisadores e formuladores de políticas públicas interessados em divulgar suas ideias em um espaço aberto às discussões acadêmicas e às análises críticas.

Dossiês Temáticos

Nos últimos anos o Comissão Editorial da Revista Cadernos Metrôpole passou a implementar um conjunto de estratégias voltadas ao aprimoramento do periódico, cuja essência é a de lidar com a problemática urbana contemporânea. A partir da edição de nº 26 passou-se a lançar Dossiês Temáticos, ao mesmo tempo em que se manteve a rotina de publicar um conjunto de trabalhos submetidos livremente pelos autores na plataforma da revista. A estratégia foi bem sucedida, dando mais dinamismo e ampliando o diálogo da revista com os seus vários públicos.

A seguir a lista das edições com o título dos Dossiês Temáticos.

- Cadernos Metrópole nº 35 – Formas de Provisão de Moradia
- Cadernos Metrópole nº 34 – Os desafios do desenvolvimento nacional
- Cadernos Metrópole nº 33 – Dossiê Águas urbanas
- Cadernos Metrópole nº 32 – Gentrificação na cidade contemporânea
- Cadernos Metrópole nº 31 – Teoria Urbana na América Latina
- Cadernos Metrópole nº 30 – Mobilidade Urbana nas Metrôpoles Contemporâneas
- Cadernos Metrópole nº 29 – Sustentabilidade e Justiça socioambiental nas Metrôpoles
- Cadernos Metrópole nº 28 – Direito à Cidade na Metrópole
- Cadernos Metrópole nº 27 – Representação Política e Governança Metropolitana
- Cadernos Metrópole nº 26 – Subjetividade e Cultura na metrópole contemporânea

A Revista ao lançar a edição nº 30 alcançou a marca 278 artigos – o que indica a sua consolidação como veículo ágil de divulgação da produção acadêmica sobre as metrópoles brasileiras, estimulando e ampliando a abrangência comparativa destes estudos que, de modo geral, procuram responder a questões estratégicas para a gestão das cidades. Verifica-se também o aumento do número de artigos submetidos ao Comitê Editorial, composto por especialistas brasileiros e de Centros de Investigação localizados em Portugal, Espanha, Chile, Argentina e México, com os quais o Observatório das Metrôpoles mantém intercâmbio editorial e científico.

Nesse sentido, cabe assinalar que o estabelecimento de parcerias com as instituições de origem dos membros do Comitê Editorial tem sido a nossa principal estratégia para ampliar a circulação e a divulgação do periódico em países de língua portuguesa e espanhola. Cabe ainda salientar a distribuição da Revista Cadernos Metrópole durante a realização dos principais Encontros de Associações Científicas nacionais e internacionais, ampliando o espaço de divulgação da proposta editorial.

Na busca por ampliar o escopo da comparação, o Comitê Editorial tem realizado esforços para também publicar textos de outras metrópoles internacionais produzidos por pesquisadores com os quais são mantidas relações sistemáticas de intercâmbio e cooperação científica, bem como de especialistas nos temas mencionados com os quais o Observatório das Metrôpoles dialoga numa perspectiva interdisciplinar. A tradução e publicação de textos de autores franceses e anglo-saxões foi realizada por tradutores especializados nos temas tratados e insere-se na proposta de ampliação do intercâmbio e do debate.

A Revista Cadernos Metrópole constitui um convite à reflexão, ao debate e à pesquisa sobre as metrópoles contemporâneas e o lançamento desta edição comemorativa constitui mais um passo no sentido da efetivação de nossa proposta.

Disponível online: <http://www.cadernosmetropole.net/>

Publicação Revista eletrônica E-metropolis: uma revista trimestral editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles, que conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que tenham como tema os múltiplos aspectos envolvidos nos estudos relacionados à vida nas grandes cidades. Constituindo mais uma das iniciativas do Observatório das Metrôpoles, a revista *E-metropolis* pretende ser um veículo que cria oportunidades para a troca de informações, buscando o debate multidisciplinar e agilizando o fluxo de informações entre os pesquisadores. Na

medida em que está disponibilizada na internet e em formato “pdf”, visando facilitar a impressão e a leitura. Cada número é estruturado da seguinte forma: uma matéria que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrópoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

Disponível online: <http://emetropolis.net/>

Boletim do Observatório das Metrópoles: é enviado semanalmente para cerca de 20 mil pessoas, sendo que seu conteúdo é replicado nas redes sociais do Observatório — Facebook e Twitter. Atualmente no nº 470, o boletim semanal representa o principal instrumento de comunicação da Rede Observatório das Metrópoles com a comunidade científica brasileira e estrangeira, com as organizações governamentais, terceiro setor e sociedade civil. São mais de 9 anos de periodicidade, destacando o esforço da rede de pesquisa em desenvolver um trabalho permanente de difusão científica sobre o tema urbano-metropolitano.

Toda a produção do Observatório das Metrópoles é lançada via boletim semanal, alcançando um público médio de 20 mil pessoas. Lançamentos de livros, revistas científicas, artigos, entrevistas, chamadas e notícias sobre as políticas urbanas são divulgadas semanalmente.

Interação com atores sociais e públicos: dar continuidade a interação do Observatório com os atores sociais e públicos da sociedade e do governo, através da nossa presença sistemática nas esferas de mediação entre a sociedade e governos, destacando-se o Conselho Nacional das Cidades, Fórum Nacional da Reforma Urbana, Frente Nacional de Saneamento, FERU/RS, FMRU/Belém e os Comitês Populares da Copa (RJ, Porto Alegre, Fortaleza, São Paulo, Recife, entre outros). Em âmbito nacional destacam-se ainda as ações do Cearah Periferia (CE), Terra de Direitos (PR) e o Observatório de Políticas Públicas do Paraná. Também participamos de seminários, oficinas e encontros dos movimentos sociais urbanos: Encontro da União Nacional por Moradia Popular e Encontro do FNUR. E em ações de exigibilidade e mobilização nacional: Marcha e Jornada de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade, Ações de Exigibilidade pelo Direito à Cidade e Relatoria Nacional pelo Direito à Cidade – Plataforma DHESCA.

Cursos de Capacitação de Conselheiros Municipais. O Observatório das Metrópoles promove, há mais de uma década, o Curso de Políticas Públicas com o propósito de fornecer um conjunto de conceitos, métodos e técnicas para formação de atores sociais capazes de participar da governança democrática nas cidades brasileiras. O projeto, que teve início na Baixada Fluminense, é difundido atualmente em várias metrópoles do Brasil e representa o esforço do instituto de aproximar o saber científico da sociedade civil, como também seu compromisso pela democracia participativa e na luta pelo direito à cidade. O Observatório já formou nesta atividade cerca de 1500 pessoas oriundas de organizações da sociedade civil, ONGs e órgãos públicos de prefeitura e governos estaduais.

Programa de Formação: Políticas Públicas e o Direito à Moradia. O Observatório das Metrópoles em parceria com a Fundação Bento Rubião/RJ e a ONG Ação Urbana têm realizado, desde 2011 o Programa de Formação: Políticas Públicas e o Direito à Moradia. O objetivo do curso foi capacitar agentes sociais, lideranças comunitárias e conselheiros municipais para participar do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que será implementado, pela primeira vez, no município do Rio de Janeiro. Com o tema Política

Habitacional e o Direito à Moradia Digna, o curso buscou fornecer, desse modo, instrumental teórico para que os agentes sociais pudessem compreender os fatores geradores das desigualdades de acesso à moradia, com destaque para os programas habitacionais e a legislação urbana vigentes. Além disso, o conteúdo programático se voltou para a formulação, por parte dos movimentos populares, de políticas e programas habitacionais que respondam às necessidades e desejos dos segmentos sociais de baixa renda e que possam ser discutidos no Fórum do PLHIS do Rio.

GeoMetrópoles: desenvolver e difundir o GeoMetrópoles – já funcionando em versão Alfa – como ferramenta de pesquisa, difusão de resultados de pesquisa e de monitoramento da realidade das metrópoles em suas várias dimensões (econômica, social, urbana, habitacional, ambiental, movimentos sociais), além de permitir o monitoramento das políticas públicas. Ela está constituído pela integração de todos os bancos de dados gerados e usados pelo Observatório a partir de suas pesquisas, cujo núcleo central são os indicadores gerados pelos dados censitários de 1980/1991/2000/2010. Contêm também as informações retiradas dos censos escolares, da Prova Brasil, do IDEB, dos tribunais de justiça eleitoral entre outras variáveis. Elas estão organizadas e conectadas em três camadas: da inserção da Região Metropolitana na Bacia Hidrográfica e no sistema de circulação principal; da Região Metropolitana – no sentido formal de sua abrangência; do território de áreas conturbadas; e das camadas municipal e intramunicipal. Nesta camada os dados são desagregados nas escalas das áreas de ponderação utilizadas pelo IBGE e na do eixo de logradouros. (<http://geometrosoles.net/>)

Formação de opinião pública: o Observatório das Metrópoles efetiva um diálogo importante com a sociedade civil, através da participação em debates públicos realizados nos meios de comunicação (Internet, Rádio e TV), bem como através da publicação em jornais e revistas da mídia comunitária, nacional e estrangeira. Desde 2011 o instituto tem contado com um profissional da área de Comunicação para fazer o atendimento e planejamento de Difusão/Relacionamento com formadores de opinião a fim de democratizar a produção de conhecimento científico, levando aos mais diferentes públicos o debate sobre o tema metropolitano.

No ano de 2016, A Rede INCT Observatório das Metrópoles lançou, em parceria com o Le Monde Diplomatique Brasil, a série O Direito à Cidade em tempos de crise com o objetivo suscitar a reflexão e monitorar os avanços e conquistas na afirmação do direito à cidade no Brasil, denunciar retrocessos e apontar tendências para o futuro das cidades brasileiras. Diante de um quadro de crise político-econômica e de aumento de um movimento conservador no país, a série representou mais uma iniciativa da equipe Observatório em defesa dos ideais e princípios da reforma urbana para a construção de cidades mais justas e igualitárias.

A série contou com 12 artigos, que foram publicados ao longo do ano com exclusividade no site diplomatique.org.br.

Além de destacar a participação política e engajamento dos pesquisadores da rede Observatório, a série foi mais uma importante ação de difusão científica, já que possibilitou debater temas como direito à cidade, reforma urbana, direito à moradia, financeirização da cidade, mobilidade urbana etc, em um veículo de imprensa com alcance nacional.

Como desdobramento da série, o coordenador nacional do Observatório das Metrópoles, prof^o Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro publicou o artigo “A Cidade na longa década perdida” na edição de agosto de 2016 do Jornal Le Monde Brasil (versão impressa).

IV. RECURSOS HUMANOS GERADOS OU EM FORMAÇÃO DURANTE A EXECUÇÃO DO PROJETO:

Em razão do Observatório ser uma Pesquisa em Rede reunindo vários programas de pós-graduação em áreas complementares temos tido um importante papel na formação de professores e pesquisadores no campo do conhecimento urbano-metropolitano. Marcadamente em razão da fixação desses pesquisadores nas universidades públicas por concurso público.

Também temos contribuído com a formação de profissionais para os órgãos públicos e para o campo das organizações não-governamentais que crescentemente necessitam qualificar seus quadros para exercerem seu protagonismo nas esferas de participação social e nas decisões sobre as políticas públicas.

Formação de Estudantes em Pós-graduação: no período de 2009/2017 foram 258 Dissertações (Mestres) , 108 Teses (Doutores), e mais 8 supervisões de Pós-Doutorado. Nesse sentido, a Rede Observatório das Metrôpoles contribuiu na formação de 374 estudantes de pós-graduação no país.

V. DISCUSSÃO SUCINTA DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS, DEIXANDO CLARO O AVANÇO TEÓRICO, EXPERIMENTAL OU PRÁTICO OBTIDO PELA PESQUISA:

DESAFIOS DO TRABALHO DE COMPARAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA REDE OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES.

O Observatório das Metrôpoles vem preparando o seu corpo de pesquisadores para lidar com os desafios teórico-metodológicos no trabalho de comparação relacionados às trajetórias das metrôpoles brasileiras. Como o seu programa compreende um total de 16 TRs, divididos em três linhas de pesquisa, um dos principais desafios atuais é restaurar a unidade teórico-metodológica para que possa, a partir dos resultados de cada pesquisa, ter uma leitura integrada das regiões metropolitanas.

Do ponto de vista teórico, destaque para a necessidade de se compreender o pensamento urbano no atual contexto de transformações do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Ou seja, em que medida este modelo de desenvolvimento está reproduzindo ainda o pensamento urbano da década de 80, isto é, de espoliação urbana e expansão das periferias. Segundo o coordenador nacional do Observatório das Metrôpoles, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, um dos objetivos de pesquisa do instituto é a comparação entre as metrôpoles brasileiras; nesse sentido fez-se necessário repensar a metodologia de comparação empregada nos estudos, refletindo “o que é comparar?” e quais resultados esperar dessa comparação diante do novo contexto brasileiro.

Pode-se também afirmar que a mais relevante contribuição da Rede Observatório das Metrôpoles em termos de comparação foi a Coleção “Metrôpoles: transformações na ordem urbana” (<https://transformacoes.observatoriodasmetrosoles.net.br/>), que oferece a análise mais completa sobre a evolução urbana do país, servindo assim de subsídio para a elaboração de políticas públicas e para o debate sobre o papel metropolitano no desenvolvimento nacional. A coleção é composta de 14 livros, 169 capítulos e cerca de 270 autores das mais variadas áreas do saber analisando as transformações urbanas das principais metrôpoles do Brasil no período 1980-2010, a partir de temas como organização social do território, demografia, rede urbana, dinâmicas de metropolização, moradia, mobilidade urbana, governança metropolitana, bem-estar urbano, entre outros.

Além desse resultado relacionado à análise comparativa das metrôpoles brasileiras, o Observatório das Metrôpoles tem realizado várias ações visando a internacionalização do instituto e do debate sobre o tema metropolitano.

No ano de 2012, o Observatório das Metrôpoles e a Universidade Autônoma Metropolitana do México coordenaram a criação da Rede Latinoamericana de Pesquisa sobre Teoria Urbana lança o site oficial (<http://www.relateur.org/>), com o objetivo de dar continuidade à proposta de incentivar a formação de um pensamento teórico-crítico latinoamericano sobre a problemática urbana da região, promover o intercâmbio de conhecimentos e o desenvolvimento de estudos comparados relacionados às grandes cidades da América Latina. A rede conta com pesquisadores da Argentina, Colômbia, Equador e Venezuela

Dentre os objetivos gerais da rede, merecem destaque a) incentivar a formação de um pensamento teórico crítico latino-americano sobre a problemática urbana da região – realidade com suas diferenças e contradições em relação ao pensamento hegemônico; b) incentivar a pesquisa, a docência e o intercâmbio de pesquisadores para a produção de trabalhos originais sobre teoria urbana; c) estabelecer relações de intercâmbio para formação do pensamento crítico sobre o tema em outras regiões do mundo; d) apoiar e promover a realização de investigações e teses de pós-graduação que façam abordagens comparativas dos problemas territoriais em diferentes países da América Latina; e e) promover a igualdade, a equidade e a reciprocidade dos intercâmbios científicos no campo da teoria urbana, com os chamados países hegemônicos.

No período 2013-2016, a Rede promoveu três seminários internacionais os quais contaram com a participação do Observatório das Metrópoles.

- III Seminário Internacional “La ciudad latinoamericana entre Globalización, Neoliberalismo y Adjetivaciones: lecturas críticas” (Querétaro, México, 11 a 13 de octubre 2016)
- II Seminário Internacional “A fase atual do capitalismo e a urbanização da América Latina” (Medellín/Colômbia, 18 a 20 de fevereiro de 2015)
- I Seminário Internacional “A Cidade Neoliberal na América Latina” (Rio de Janeiro/novembro 2013)

Lançamento do livro “Teorias sobre la ciudad en America Latina” (fevereiro/2016) — divulgado para o público brasileiro pelos canais de difusão da Rede Observatório das Metrópoles.

Outro destaque é a parceria com o Instituto del Conurbano (ICO), da Universidade Nacional General Sarmiento/Argentina, que tem possibilitado o desenvolvimento de estudos comparados na América Latina. O convênio, firmado entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e o Instituto del Conurbano (ICO/Universidade General Sarmiento), tem como seu principal interlocutor o Observatório das Metrópoles, mas também abre oportunidade de trabalhos conjuntos com outras unidades de pesquisa do IPPUR.

Localizada na periferia noroeste da região metropolitana de Buenos Aires, a Universidade General Sarmiento tem como objetivos fundamentais a formação de profissionais que contribuam para o debate dos problemas da vida urbana e a investigação do desenvolvimento equitativo e sustentável das cidades, com desenho eficiente e participativo de políticas públicas. Em relação às pesquisas desenvolvidas pelo ICO, destaque para temas como: (i) Modos de Vida e Políticas Sociais na cidade; (ii) Instituições e Processos de Governo Local, Sistemas Econômicos Urbanos; (iii) Ecologia Urbana e Processos; e (iv) Agentes do Desenvolvimento Urbano. Nesse sentido, avançar no acordo de cooperação representa ampliar a escala das investigações, somar objetivos de comparação entre as cidades e enriquecer as abordagens teórico-metodológicas. Além do intercâmbio de conhecimento entre os projetos de pesquisa e formação, sobretudo em nível de pós-graduação.

Outra parceria internacional de destaque é a do projeto DESAFIO - Democratisation of Water and Sanitation Governance by Means of Socio-Technical Innovation, coordenado pela Universidade de Newcastle/Reino Unido e com recursos da Comissão Europeia, tem como propósito desenvolver soluções sócio-técnicas sustentáveis e inovadoras para combater um dos maiores desafios enfrentados pelo Brasil e pela América Latina no século XXI: erradicar a desigualdade social estrutural de acesso à água e aos serviços de saneamento.

Criado no âmbito da rede Waterlat, o projeto DESAFIO é coordenado pelo professor Esteban Castro, da Universidade de Newcastle (UNEW), e tem como objetivo global de pesquisa avaliar as experiências existentes e desenvolver novas estratégias que produzam soluções sócio-técnicas sustentáveis apropriadas e inovadoras a fim de promover o desenvolvimento econômico e social por meio da transformação social em comunidades vulneráveis, especialmente no que diz respeito ao acesso a serviços de água e saneamento seguros.

O INCT Observatório das Metrôpoles participou do projeto através do grupo de pesquisa coordenado pela professora Ana Lúcia Britto, do PROURB/FAU/UFRJ, sobre políticas públicas de saneamento ambiental em Regiões Metropolitanas. O instituto produziu um estudo de caso sobre as formas de acesso ao saneamento na periferia metropolitana do Rio de Janeiro, na região da Baixada Fluminense.

INOVAÇÃO

O Observatório das Metrôpoles desde a sua origem na segunda metade dos anos 1990 vem-se construindo como experiência coletiva comprometida, simultaneamente, com a excelência da pesquisa e da formação acadêmicas e com a produção de conhecimentos e informações capaz de empoderar os atores do que consideramos como esfera pública relacionada com a temática metropolitana. As inovações que podem decorrer desta orientação se expressam em variados formatos, como a busca de novos modelos de políticas públicas, a disponibilização de dados que julgamos estratégicos para a intervenção destes atores e como o conjunto de atividades de extensão voltadas ao fortalecimento da sua capacidade de intervenção em várias arenas e fóruns.

Mencionamos a seguir alguns exemplos.

IBEU- Índice de Bem-Estar Urbano. Lançado pelo Observatório das Metrôpoles em agosto de 2013, o índice procura aferir as condições de vida urbana das regiões metropolitanas brasileiras que exercem função metropolitana na rede urbana do país. O objetivo do IBEU é avaliar as condições urbanas referentes ao ambiente construído que possibilitam a reprodução social. Neste sentido, são avaliadas aquelas condições de reprodução que tenham caráter eminentemente coletivo, pois dependem das condições de reprodução social que são territorialmente realizadas.

Respeitando essa definição, o IBEU está organizado em cinco dimensões: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimento de serviços coletivos urbanos; infraestrutura urbana. O IBEU se classifica em dois tipos: IBEU Global e IBEU Local. O IBEU Global é calculado de modo comparativo entre os aglomerados urbanos do país com função metropolitana, o que permite comparar as condições de vida urbana entre as metrôpoles em três escalas: entre as regiões metropolitanas; entre os municípios

metropolitanos; entre as áreas de ponderação do conjunto das regiões metropolitanas. O IBEU Local é calculado especificamente para cada região metropolitana e, portanto, é feito apenas para a escala de áreas de ponderação, o que permite avaliar as condições de vida urbana interna a cada região metropolitana. Para o seu cálculo, utiliza-se somente dados do Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010.

Disponível em: <https://ibeu.observatoriodasmetroles.net.br/>

Em setembro de 2016, o Observatório das Metrôpoles lançou uma segunda versão do índice: o IBEU-Municipal com o propósito de oferecer mais um instrumento para avaliação e formulação de políticas públicas. O índice apresenta um levantamento inédito sobre as condições urbanas dos 5.565 municípios brasileiros, a partir da análise de dimensões como mobilidade, condições ambientais urbanas, condições habitacionais, atendimentos de serviços coletivos e infraestrutura. O IBEU-Municipal mostra que entre os maiores desafios do Brasil estão a infraestrutura e os serviços coletivos. Ao avaliar o atendimento adequado de água e esgoto, coleta de lixo e atendimento de energia, mais de 50% dos municípios estão em condições ruins nesses serviços.

Disponível em: <https://ibeu.observatoriodasmetroles.net.br/>

GeoMetrôpoles. O INCT Observatório das Metrôpoles desenvolveu o GeoMetrôpoles – já funcionando em versão Alfa – como ferramenta de pesquisa, difusão de resultados de pesquisa e de monitoramento da realidade das metrôpoles em suas várias dimensões (econômica, social, urbana, habitacional, ambiental, movimentos sociais), além de permitir o monitoramento das políticas públicas.

O GeoMetrôpoles foi constituído pela integração de todos os bancos de dados gerados e usados pelo Observatório a partir de suas pesquisas, cujo núcleo central são os indicadores gerados pelos dados censitários de 1980/1991/2000/2010. Contêm também as informações retiradas dos Censos Escolares, da Prova Brasil, do IDEB, dos tribunais de justiça eleitoral entre outras variáveis. Elas estão organizadas e conectadas em três camadas: da inserção da Região Metropolitana na Bacia Hidrográfica e no sistema de circulação principal; da Região Metropolitana – no sentido formal de sua abrangência; do território de áreas conurbadas; e das camadas municipal e intramunicipal.

Nesta camada os dados são desagregados nas escalas das áreas de ponderação utilizadas pelo IBGE e na do eixo de logradouros. Considerado pela comissão avaliadora do Programa INCT/CNPq como uma contribuição inovadora do Observatório para a sociedade brasileira, o GeoMetrôpoles é um sistema aberto e de atualização permanente a fim de possibilitar o acesso e a produção democrática de dados quantitativos e qualitativos referentes à temática urbana e metropolitana. (<http://geometroles.net/>)

VI. TEXTO EM PORTUGUÊS PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA (MÁXIMO DE 10 LINHAS):

O Observatório das Metr p les   um grupo que funciona em rede, reunindo institui es e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental. Criado na década de 1990, o Observatório   composto atualmente por cerca de 100 pesquisadores e 60 institui es que atuam de forma articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das rela es entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomera es urbanas brasileiras. Neste momento, o Observatório integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT/CNPq) e, nos próximos 5 anos, terá como objetivo dar continuidade e desdobramentos às suas atividades de pesquisa, forma o de recursos humanos, extensão e transferência de resultados para a sociedade e para os governos envolvidos com a questão metropolitana.

VII. TEXTO EM INGLÉS PARA DIVULGA O CIENTÍFICA (MÁXIMO DE 10 LINHAS):

The Observatory of the Metropolises is a group that operates as a network, gathering together individual and institutional researchers from both public and private universities. The team constituted in the Observatory has been working for 17 years, involving 97 main researchers and 59 institutions, in a systematic and articulate manner, on the metropolitan challenges presented in national development, taking as reference the understanding of the changes in the relations among the society, the economy, State and the territories encompassed by the large Brazilian urban agglomerations. At the moment, the Observatory integrates the CNPq Millennium Programs, and, over the next 5 years, will have the objective of proceeding with and boosting its research activities, training of human resources, extension and transfer of results to society and the governments involved with metropolitan affairs.

VIII. RELACIONE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS (LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVROS, ARTIGOS EM PERIÓDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, CONGRESSOS, PATENTE OU REGISTRO DE INVENÇÃO OU TÉCNICA ETC.) QUE FORAM EFETIVAMENTE GERADAS A PARTIR DESSE PROJETO NO ESTILO ABNT:

QUANTITATIVO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
TIPO	QUANTIDADE
Livros	117
Capítulos de livros	599
Artigos publicados em periódicos indexados	710
Trabalhos apresentados em congressos nacionais	662
Software (especificar)	01
Produtos (especificar)	2
Processos (especificar)	4
Produção artística (especificar)	
Entrevista	08
Prêmio	0
Outras produções artísticas	3
Outros (especificar):	
Produção técnica (assessoria e consultoria)	20
Produção técnica (trabalhos técnicos)	638
Produção técnica (entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia)	190
Produção técnica (redes sociais, websites e blogs)	38
Produção técnica (Apresentação de Trabalhos)	707
Textos em jornais e revistas	230
Participação em eventos	1378
Organização de eventos	186

***A Produção Científica do INCT Observatório das Metrópoles segue anexa em documento excel.

IX. Relacione o nome de todos os bolsistas efetivamente envolvidos no projeto (nome, agência do bolsista, data da conclusão):

BOLSISTAS CNPq	Vigência
Adriano Gustavo Zerbielli	01/12/2015 a 31/05/2016
Alan Souza Mascarenhas	01/03/2016 a 31/05/2016
Alberto Vouban Burity de Oliveira Junior	01/01/2016 a 31/05/2016
Aline Santiago Luz	01/03/2016 a 31/05/2016
Ana Caroline de Oliveira Chimenez	01/01/2016 a 31/05/2016
Ana Maria de Souza Lima	01/01/2016 a 31/05/2016
Andrea de Almeida Lara Ribeiro	01/12/2015 a 31/05/2016
Arthur Felipe Molina Moreira	01/01/2013 a 31/03/2013
Arthur Felipe Molina Moreira	01/04/2013 a 31/03/2014
Arthur Felipe Molina Moreira	01/04/2014 a 30/04/2014
Camilla Leandra da Costa Araújo	01/02/2013 a 28/02/2013
Camilla Leandra da Costa Araújo	01/03/2013 a 31/03/2014
Camilla Leandra da Costa Araújo	01/04/2014 a 30/04/2014
Carlos Alberto Serrano Ferreira	01/06/2013 a 31/08/2013
Clara Gomes Moreira	01/01/2013 a 30/04/2013
Cláudia Monteiro Fernandes	01/12/2012 a 31/03/2013
Cláudia Monteiro Fernandes	01/02/2013 a 31/03/2013
Cláudia Monteiro Fernandes	01/04/2013 a 31/03/2014
Cláudia Monteiro Fernandes	01/04/2014 a 30/04/2014
Claudia Rodrigues Aires	01/02/2013 a 31/03/2014
Claudia Rodrigues Aires	01/04/2014 a 30/04/2014
Dalva Natália Gomes Paese	01/01/2013 a 31/03/2013
Daphene Costa Besen	01/06/2014 a 31/07/2014
Eliane Monteiro Rodrigues	01/12/2012 a 31/03/2013
Elizabeth Alves Peixoto	01/03/2016 a 31/05/2016
Elizabeth Alves Peixoto	01/06/2016 a 30/11/2016
Fabiana Maria Galli Wutrich	01/10/2013 a 31/03/2014
Fabiana Maria Galli Wutrich	01/10/2013 a 31/03/2014
Fabiana Maria Galli Wutrich	01/10/2013 a 31/03/2014
Fabiana Maria Galli Wutrich	01/10/2013 a 31/03/2014
Fernanda Teles Gonzalez	01/04/2016 a 31/05/2016
Gabriela Bento Cunha	01/12/2015 a 31/05/2016
Gustavo Henrique Pinto Costa	01/03/2016 a 31/05/2016
Iaci d'Assunção Santos	01/07/2013 a 30/11/2014
Jair Mega Junior	01/12/2012 a 31/03/2014
Jair Mega Junior	01/04/2014 a 30/04/2014
Juciano Martins Rodrigues	01/09/2016 a 30/11/2016
Larissa de Sá Menezes	01/03/2016 a 31/05/2016
Larissa Galdino de Magalhães Santos	01/04/2013 a 31/03/2014
Liria Yuri Nagamine	01/01/2013 a 31/03/2013
Liria Yuri Nagamine	01/04/2013 a 31/03/2014
Lorena de Andrade Castiglioni	01/12/2015 a 31/05/2016
Maíra Bueno Moura	01/04/2016 a 31/05/2016
Maria Rejane Souza de Britto Lyra	01/04/2013 a 31/03/2014

Maria Rejane Souza de Britto Lyra	01/04/2014 a 30/04/2014
Marina Lemes Landeiro	01/04/2013 a 31/03/2014
Marina Lemes Landeiro	01/04/2014 a 30/04/2014
Mikael Victor Silva da Câmara	01/12/2015 a 31/05/2016
Natália Isadora de Lacerda	01/12/2012 a 31/03/2014
Patrícia Gontijo de Pádua	01/02/2014 a 31/03/2014
Patrícia Gontijo de Pádua	01/04/2014 a 30/04/2014
Paula Yhoana Hernandez Heredia	01/07/2014 a 30/11/2014
Pedro Paulo Machado Bastos	01/06/2014 a 31/03/2015
Peterson Leal Pacheco	01/12/2012 a 31/03/2013
Priscila Aguiar de Carvalho Assis e Souza Cruz	01/12/2012 a 30/04/2013
Rafael Godoy Tavares Pinto	01/12/2012 a 31/03/2014
Rafael Godoy Tavares Pinto	01/04/2014 a 30/04/2014
Regina Balbino da Silva	01/03/2016 a 31/05/2016
Reinaldo Germano dos Santos Junior	01/01/2013 a 31/03/2013
Reinaldo Germano dos Santos Junior	01/04/2013 a 31/03/2014
Reinaldo Germano dos Santos Junior	01/04/2014 a 30/04/2014
Rejane de Oliveira Nazário	01/05/2013 a 31/03/2014
Rejane de Oliveira Nazário	01/04/2014 a 30/04/2014
Rodrigo Fernandes de Lima	01/05/2016 a 31/05/2016
Rodrigo Fernandes de Lima	01/06/2016 a 30/11/2016
Rogério Sant'Anna de Souza	01/03/2016 a 31/05/2016
Rosa Maria Ribeiro da Silva	01/05/2013 a 31/03/2014
Rosa Maria Ribeiro da Silva	01/04/2014 a 30/09/2014
Rosetta Mammarella	01/12/2012 a 31/03/2014
Rosetta Mammarella	01/04/2014 a 30/04/2014
Samuel Thomas Jaenisch	01/03/2016 a 31/05/2016
Shirley Coelho Müller	01/01/2016 a 31/05/2016
Taís de Carvalho Ossani	01/01/2016 a 31/05/2016
Thais Velasco	01/03/2016 a 31/05/2016
Thais Velasco	01/06/2016 a 30/11/2016
Tiê Dias de Farias Coutinho	01/12/2012 a 31/03/2014

X. Outras produções julgadas convenientes:

XI. Sugestões à FAPERJ: